

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 86548/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais e instrumentos odontológicos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

INSTRUMENTAIS				
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	UN	Qtd.
01	431736	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL - Nº 301, RETA. Em Aço inoxidável, totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	30
02	413380	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL - Nº 302, ESQUERDA. Em Aço inoxidável possui cabo grosso; apresenta lâminas afiadas (retas e anguladas) finas e côncavas. Totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	30
03	413379	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL - Nº 303, DIREITA. Em Aço inoxidável possui cabo grosso; apresenta lâminas afiadas (retas e anguladas) finas e côncavas. Totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	30
04	431615	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL - Nº 305, RETA. Em Aço inoxidável, totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	30
05	437053	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL INFANTIL - Nº 301, RETA. Em Aço inoxidável, totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	50
06	413382	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL INFANTIL - Nº 302, ESQUERDA. Em Aço inoxidável, totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	30
07	413381	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APICAL INFANTIL - Nº 303, DIREITA. Em Aço inoxidável, totalmente autoclavável a 134 °C. Validade: indeterminada.	UN	30
08	363774	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: HEIDBRINK– Nº 1, RETA. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
09	363775	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: HEIDBRINK – Nº 2, ESQUERDA. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
10	363776	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: HEIDBRINK – Nº 3, DIREITA. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
11	473730	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: HEIDBRINK INFANTIL – Nº 2, ESQUERDA. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
12	473729	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: HEIDBRINK INFANTIL – Nº 3, DIREITA. Em aço inoxidável, totalmente	UN	50

		autoclavável. Validade: indeterminada.		
13	413386	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: SELDIN – Nº 1R, direita. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
14	413385	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: SELDIN – Nº 1L, esquerda. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
15	413388	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: SELDIN – Nº 2, reta. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
16	413386	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: SELDIN INFANTIL – Nº 1R, direita. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
17	413387	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: SELDIN INFANTIL – Nº 1L, esquerda. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
18	426060	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: SELDIN INFANTIL – Nº 2, reta. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	50
19	432647	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: POTTS - ESQUERDA. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	20
20	432646	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: POTTS - DIREITA. Em aço inoxidável, totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	20
21	417722	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APEXO- Nº301. Em aço inoxidável, Comprimento Total (mm): 150,00 +/- 5,00, com ponta serrilhada de largura (mm): 2,50 +/- 0,30 e espessura (mm): 1,00 +/- 0,30; totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	20
22	417722	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APEXO- Nº302. Em aço inoxidável, Comprimento Total (mm): 150,00 +/- 5,00, com ponta serrilhada de largura (mm): 2,50 +/- 0,30 e espessura (mm): 1,00 +/- 0,30; totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	20
23	417722	ALAVANCA ODONTOLÓGICA. Tipo: APEXO- Nº303. Em aço inoxidável, Comprimento Total (mm): 150,00 +/- 5,00, com ponta serrilhada de largura (mm): 3,10 +/- 0,30; e espessura (mm): 1,20 +/- 0,30; totalmente autoclavável. Validade: indeterminada.	UN	20
24	429359	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CALCIO DUPLO. Material: aço inoxidável. Perfil octogonal com arestas bem definidas, angulado. Em embalagem individual.	UN	45
25	297983	BANDEJA PARA ESTERILIZAÇÃO. Em aço inox, sem divisões. Formato: retangular. Dimensões: Comprimento: 24cm a 28cm. Largura: 18cm a 22cm / altura: 3cm a 5cm. Autoclavável.	UN	100
26	403438	BROCA CARBIDE, BROCA BAIXA ROTAÇÃO, Referência: 04. Tipo corte: corte regular. Material: aço inoxidável. Tipo: contra	UN	350

		ângulo. Tipo haste: haste regular. Formato: esférica. Autoclavável. O produto deverá ter registro na ANVISA.		
27	403439	BROCA CARBIDE CA ESFÉRICA. BROCA BAIXA ROTAÇÃO. Referência: 05. Tipo corte: corte regular. Material: aço inoxidável. Tipo: contra ângulo. Tipo haste: haste regular. Formato: esférica. Autoclavável. O produto deverá ter registro na ANVISA.	UN	350
28	403440	BROCA CARBIDE CA ESFÉRICA , BROCA BAIXA ROTAÇÃO. Referência: 06. Tipo corte: corte regular. Material: aço inoxidável. Tipo: contra ângulo. Tipo haste: haste regular. Formato: esférica. Autoclavável. O produto deverá ter registro na ANVISA.	UN	350
29	431559	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO (FG) – N° 701. Tipo: Cirúrgica. Em aço inoxidável com ponta ativa em carbureto de tungstênio. Ponta cônica denteada. Haste Longa.	UN	80
30	431559	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO (FG) – N° 702. Tipo: Cirúrgica. Em aço inoxidável com ponta ativa em carbureto de tungstênio. Ponta cônica denteada. Haste Regular.	UN	80
31	431559	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO (FG) – N° 703. Tipo: Cirúrgica. Em aço inoxidável com ponta ativa em carbureto de tungstênio. Ponta cônica de corte cruzado. Haste Longa.	UN	80
32	431559	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO (FG) – N° 152. Ponta cônica de Topo Inativo (EndoZ).	UN	80
33	431748	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO (FG). Em aço inoxidável com ponta diamantada, diferentes formatos de ponta (esférica, lança, cônica, tronco-cônica, tronco-cônica invertida, cilíndrica, chama, roda, pera, oval, anelada, especiais); diferentes granulações de ponta ativa (granulação extra grossa, granulação grossa, granulação média, granulação fina, granulação extra-fina); diferentes tipos de haste (longa, regular, curta). Embaladas individualmente, esterilizadas e trazendo externamente os dados de identificação. O produto deverá ter registro na ANVISA.	UN	1000
34	446765	BROQUEIRO. Material: Alumínio, Modelo: Estojo Aberto, Indicação: P/ Esterilização, Autoclavável, Capacidade: Cerca De 60 Brocas	UN	20
35	438692	BROQUEIRO. Material: Plástico, Modelo: Estojo Fechado, Capacidade: Cerca De 100 Brocas, Indicação: P/ Esterilização, Autoclávavel	UN	20
36	413302	CABO PARA ESPELHO – N° 5. Produzido em aço inoxidável, de formato oitavado e autoclavável.	UN	300
37	272821	CABO DE BISTURI. Em aço inoxidável. Utilizado em lâminas 11, 12, 15 e 15C. Tamanho 13 cm. Autoclavável.	UN	100
38	437552	CANETA ALTA ROTAÇÃO material rolamento: rolamento cerâmico, velocidade máxima: velocidade máxima menor ou igual 400.000rpm, refrigeração: 3 ou mais furos, troca de brocas: botão depressão (pb), tipo conexão: conexão 2 furos, tipo cabeça: cabeça padrão	UN	100

39	374594	CURETA DE LUCAS – Nº 85. Dupla. Indicada para uso em cirurgias odontológicas, utilizada na curetagem de alvéolos. Confeccionada em aço inoxidável com cabo oco de 8 mm. Autoclavável.	UN	50
40	374595	CURETA DE LUCAS – Nº 86. Dupla. Indicada para uso em cirurgias odontológicas, utilizada na curetagem de alvéolos. Confeccionada em aço inoxidável com cabo oco de 8 mm. Autoclavável.	UN	50
41	470353	ESPATULA THOMPSON. Para inserção, adaptação e escultura de resina composta. De diferentes numerações. Em aço inoxidável com pontas de titânio, cabo em silicone.	UN	40
42	416732	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA – Nº 72. Em aço inoxidável. Dupla, utilizada na manipulação de cimentos. Cabo oitavado. Com serrilhado paralelo no cabo. O produto deve ter registro na Anvisa.	UN	40
43	413310	ESPELHO BUCAL PLANO – Nº 5. Em aço inoxidável com cabo padrão e encaixe universal. Autoclavável. Em embalagem individual com registro na ANVISA.	UN	300
44	410454	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO JATO DE BICARBONATO E ULTRASSOM. Aspecto físico: motor de bancada. Material corpo: plástico ABS. Indicação: periodontia/endodontia/prótese/dentística. Fonte: elétrico bivolt. Componentes adicionais: bomba peristáltica / reservatório p/ líquido/pedal. Componentes: 2 peças de mão, 3 ponteiros. Capa da caneta de ultrassom: removível e autoclavável. Ponta de peça de mão do jato de bicarbonato: removível e autoclavável. Ultrassom: ajuste no painel da potência e fluxo de refrigeração, regulável em até 10 níveis. Ultrassom piezoelétrico ativado por pastilhas cerâmicas com frequência de até 32000hz. Jato de bicarbonato: a peça de mão deve ser constituída por difusor concêntrico para mistura do ar, água e bicarbonato. Reservatório para bicarbonato com recipiente removível e filtro de ar com drenagem automática. Controle independente e fluxos de água e pó.	UN	6
45	478758	FORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO. Diferentes numerações, a numeração será indicada no ato da compra. Produzido em aço inoxidável. Autoclavável.	UN	100
46	478759	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL. Diferentes numerações, a numeração será indicada no ato da compra. Produzido em aço inoxidável. Autoclavável.	UN	100
47	413334	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO. Em aço inoxidável, possui pino guia. Autoclavável.	UN	200
48	436975	PLACA DE VIDRO POLIDA. Confeccionada em vidro polido apresentando formato retangular com um lado liso e outro fosco, com cantos arredondados e dimensões 150x70x10mm.	UN	40
49	471152	PORTA AGULHA MAYO HEGAR – COM WÍDEA. Em aço inoxidável. Comprimento total: cerca de 14 CM. Tipo ponta: ponta reta. Esterilidade: esterilizável.	UN	30
50	471139	PORTA AGULHA MATHIEU – COM WÍDEA. Em aço	UN	30

		inoxidável. Comprimento total: cerca de 14 CM. Tipo: ponta: ponta reta. Esterilidade: esterilizável.		
51	413354	SERINGA CARPULE - COM REFLUXO. Em aço inoxidável, para tubetes de anestésico (1,8ml). Autoclavável.	UN	100
52	425231	SONDA EXPLORADORA – Nº 5. Em aço inoxidável e cabo maciço.	UN	200
53	471617	TESOURA DE GOLDMAN FOX – RETA. Em aço inoxidável, com comprimento total aproximado de 12 cm. Autoclavável.	UN	50
54	471688	TESOURA IRIS – RETA. Em aço inoxidável, com comprimento total aproximado de 12 cm. Autoclavável.	UN	50

MATERIAIS				
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	UN	Qtd.
01	391583	ACIDO FOSFÓRICO 37%, condicionador dental, embalagem com 2,5ml.	UN	600
02	421227	ADESIVO DENTAL. Componentes: Autocondicionante, Tipo: Ativação Dual, Apresentação: Conjunto Completo, Composição: Dois Componentes, Passo Único	UN	100
03	391133	ADESIVO DENTAL. Componentes: Adesivo + Primer, Tipo: Fotopolimerizável	UN	100
04	442145	AGULHA GENGIVAL CURTA. Em aço inoxidável, siliconizadas, com comprimento de 25mm, calibre 30g (0,3mm). Apresentando bisel triplo e sem rebarbas. Esteril; de uso descartável. Apresentação em caixa com 100 unidades cada.	CX	200
05	442144	AGULHA GENGIVAL LONGA. Em aço inoxidável, siliconizadas, com comprimento de 30mm, calibre 27g. Apresentando bisel triplo e sem rebarbas. Esteril; de uso descartável. Apresentação em caixa com 100 unidades cada.	CX	100
06	407961	ALGODÃO HIDRÓFILO – ROLETE. Confeccionadas com fibras 100% algodão. Macias e com ótimo poder de absorção. Não estéril, livre de produtos químicos, biodegradável, isento de impurezas. Embalagem com 100 unidades cada.	UN	5000
07	410560	APLICADOR ODONTOLÓGICO. Material: Plástico. Tipo Haste: Dobrável Tipo de Ponta: Extra Fina, com cerdas em nylon não absorventes. Tipo Uso: Descartável. Embalagem com 100 unidades.	UN	250
08	410559	APLICADOR ODONTOLÓGICO. Material: Plástico. Tipo Haste: Dobrável Tipo de Ponta: Regular, com cerdas em nylon não absorventes. Tipo Uso: Descartável. Embalagem com 100 unidades.	UN	250
09	410558	APLICADOR ODONTOLÓGICO. Material: Plástico. Tipo Haste: Dobrável Tipo de Ponta: Fina, com cerdas em nylon não absorventes. Tipo Uso: Descartável. Embalagem com 100 unidades.	UN	250
10	406153	CARBONO PARA ARTICULAR USO ODONTOLÓGICO.	UN	70

		Em formato de fita, dupla face (preto/vermelho), descartável. Espessura de 12 Micras. Bloco com 12 papéis carbono cada.		
11	436843	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO. tipo: restaurador, alta viscosidade, ativação: autopolimerizável, aspecto físico: pó+líquido, apresentação: conjunto completo. Frasco 10,00ML	UN	150
12	441493	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Permanente, Tipo Ii, Composição: Óxido De Zinco E Eugenol, Aspecto Físico: Pó + Líquido, Apresentação: Conjunto Completo	UN	10
13	436890	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Endodôntico, Composição: Óxido De Zinco, Aspecto Físico: Pó. Frasco com 14 g.	UN	10
14	436057	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Tampão Alveolar C/Ação Cicatrizante, Característica Adicional: Sem Eugenol, Aspecto Físico: Pó. Frasco 10,00 G	UN	20
15	430906	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Endodôntico, Composição: À Base De Mta, Aspecto Físico: Pó + Líquido, Apresentação: Conjunto Completo	UN	02
16	430905	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Tampão Alveolar C/Ação Cicatrizante, Característica Adicional: Sem Eugenol, Aspecto Físico: Pasta	UN	15
17	422806	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Endodôntico, Composição: Hidróxido De Cálcio, Aspecto Físico: Pó + Pasta, Apresentação: Conjunto Completo	UN	10
18	404553	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Endodôntico, Composição: Com Eugenol, Aspecto Físico: Pó + Líquido, Apresentação: Conjunto Completo	UN	10
19	404545	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Cirúrgico Periodontal, Característica Adicional: Sem Eugenol, Aspecto Físico: Base + Catalisador, Apresentação: Conjunto Completo	UN	10
20	404546	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Tipo: Obturador Provisório, Característica Adicional: Sem Flúor, Aspecto Físico: Pasta Única	UN	20
21	404541	CIMENTO ODONTOLÓGICO. Composição: Fosfato De Zinco, Aspecto Físico: Pó + Líquido, Apresentação: Conjunto Completo	UN	10
22	269971	COMPRESSA GAZE. Material: Tecido 100% Algodão, Modelo: Cor Branca, Isenta De Impurezas, Dobras: 5 Dobras, Comprimento: 7,50 CM, Tipo: 13 Fios/Cm2, Largura: 7,50 CM, Características Adicionais: Descartável, Camadas: 8 Camadas. Embalagem com 500 unidades.	UN	150
23	438279	CONE ENDODÔNTICO ACESSÓRIO. Em guta-percha, utilizados em preparos manuais ou automatizados, com comprimento de até 34 mm. Embalagem com 120 un.	CX	50
24	406143	COROA DECÍDUOS ANTERIORES. Produzidas em Cloreto De Polivinila, transparentes em 3 diferentes tamanhos e imune a reação química com as diversas resinas de uso odontológico. Embalagem com 54 unidades cada. Tipo de uso: Descartável.	UN	30
25	406144	COROA DECÍDUOS POSTERIORES. Produzidas em Cloreto De Polivinila, transparentes em 3 diferentes tamanhos e imune	UN	30

		a reação química com as diversas resinas de uso odontológico. Embalagem com 54 unidades cada Tipo de uso: Descartável.		
26	328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO Composição: A Base De Amilase, Protease, Lipase E Carboidrase. Embalagem 01 litro.	UN	70
27	438117	DISCO - Uso Odontologia Material: Poliéster + Óxido De Alumínio, Tipo Do Encaixe: Encaixe De Polímero P/ Mandril Denteado, Diâmetro: Cerca De 1/2 POL, Tipo: Lixa, Tipo Face: Monoface, Tipo Uso: Descartável	UN	50
28	438159	ESCOVA DE LIMPEZA PARA BROCAS. Com corpo plástico e cerdas de latão douradas. De validade indeterminada.	UN	50
29	431409	ESCOVA DE ROBSON Uso Odontológico Tipo Ponta: Microtubo, Uso: Contra-Ângulo	UN	200
30	431408	ESCOVA DE ROBSON Uso Odontológico Tipo Ponta: Taça, Uso: Contra-Ângulo, Característica Adicional: Impregnada Com Carbetto De Silício	UN	200
31	404895	ESCOVA DE ROBSON Uso Odontológico Tipo Ponta: Taça, Uso: Contra-Ângulo, Cor: Preta	UN	200
32	404893	ESCOVA DE ROBSON Uso Odontológico Tipo Ponta: Taça, Uso: Contra-Ângulo, Cor: Branca	UN	100
33	404892	ESCOVA DE ROBSON Uso Odontológico Tipo Ponta: Cônica, Uso: Contra-Ângulo, Cor: Branca	UN	100
34	438149	Escova Dental, Material Cerdas: Sintético, Material Cabo: Plástico, Aplicação: Infantil, Características Adicionais: Cantos Arredondados, Tipo Cerdas: Macia, Mínimo De 4 Fileiras E 26 Tufos	UN	10.000
35	452037	Dentifrício, Composição Básica: Creme Dental Com Fluor Ativo (1000 Ppm), Sabor: Tutti-Frutti, Tipo: Infantil, Capacidade: 50 G, Aplicação: Higiene Dental	UN	3.000
36	445168	FILME RADIOGRÁFICO. Tipo: Raio-X, Dimensões: 26 X 36 C. Caixa com 150 un	CX	10
37	427192	FILME RADIOGRÁFICO. Tipo: Odontológico, Dimensões: 27 X 54 M. Caixa com 150 un	CX	10
38	421289	FILME RADIOGRÁFICO. Dimensões: 31 X 41 MM, Tipo: Raio-X. Caixa com 150 un	CX	10
39	487388	FIO DE SUTURA 4.0 nylon com agulha de 20 mm, caixa com 24 unidades.	CX	30
40	487388	FIO DE SUTURA 4.0 seda com agulha 3/8 CT 20 mm, caixa com 24 unidades.	CX	30
41	487388	FIO DE SUTURA 5.0 nylon com agulha 3/8 CT 20 mm, caixa com 24 unidades.	CX	30
42	407293	FIO DENTAL embalagem com 100 metros.	UN	150
43	405632	FIXADOR RADIOGRÁFICO. Aspecto Físico: Solução Aquosa Pronta Para Uso, Aplicação: Para Processamento Manual. Frasco com 475 ml.	UN	20
44	404581	KIT DE IONÔMERO DE VIDRO para cimentação, restaurador, conteúdo 1 frasco de pó 15 gramas e 1 frasco do líquido 10ml. Adicional: Erosão Máxima 0,17mm, ativação: Autopolimerizável. MARCA DE REFERENCIA: FGM,	UN	30

		SSWHITE E 3M.		
45	445677	LÂMINA DE BISTURI - Nº 11, 12, 15 e 15C. Em aço inoxidável, indicada para cortar tecidos celulares em procedimentos cirúrgicos. Caixa com 100 unidades esterilizadas e embaladas individualmente.	CX	250
46	246952	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO. ÓLEO LUBRIFICANTE. Composição básica: óleo mineral. Aplicação: caneta de alta e baixa rotação. Características adicionais: sem CFC. Apresentação: spray com adaptador. Não tóxico, de baixa viscosidade e com elevado grau de pureza. Possui bico com encaixe bordem. Frasco com 200ml.	UN	20
47	417982	Lubrificante Odontológico Composição Básica: Óleo Mineral, Apresentação: Refil, Aplicação: Caneta Baixa Rotação, Características Adicionais: Sem Cfc. Frasco com 100ml.	UN	20
48	246563	Lubrificante Odontológico Composição Básica: Óleo Mineral, Apresentação: Spray Com Adaptador, Aplicação: Caneta Baixa, Rotação, Características Adicionais: Sem Cfc, Frasco com 100ml.	UN	20
49	43986	LUVA CIRÚRGICA. Confeccionada em látex, com pó bioabsorvível. De uso único. Deve apresentar registro na ANVISA. Embalagem com 1 par esterilizado, dupla embalagem, abertura asséptica. TAMANHO: 7	UN	2.500
50	43986	LUVA CIRÚRGICA. Confeccionada em látex, com pó bioabsorvível. De uso único. Deve apresentar registro na ANVISA. Embalagem com 1 par esterilizado, dupla embalagem, abertura asséptica. TAMANHO: 7.5	UN	2.500
51	456377	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: NITRILE EXTRAPEQUENO tamanho: extrapequeno, características adicionais: sem pó, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: hipoalérgica. Caixa com 100 unidades.	CX	200
52	456377	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: NITRILE PEQUENO tamanho: pequeno, características adicionais: sem pó, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: hipoalérgica. Caixa com 100 unidades.	CX	200
53	438695	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: NITRILE MÉDIO tamanho: médio, características adicionais: sem pó, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: hipoalérgica. Caixa com 100 unidades.	CX	200
54	387700	LUVA DE LATEX G. Luva para procedimento, tamanho Grande, caixa com 100 unidades, fabricada em látex e levemente talcada, com pó bioabsorvível atóxico, ambidestra e hipoalérgica	CX	300
55	387700	LUVA DE LATEX M Luva para procedimento, tamanho médio, caixa com 100 unidades, fabricada em látex e levemente talcada, com pó bioabsorvível atóxico, ambidestra e hipoalérgica	CX	1000
56	387700	LUVA DE LATEX P. Luva para procedimento, tamanho	CX	1000

		pequeno, caixa com 100 unidades, fabricada em látex e levemente talcada, com pó bioabsorvível atóxico, ambidestra e hipoalérgica		
57	342505	LUVA DE LATEX PP para procedimento, tamanho extra pequeno, caixa com 100 unidades, fabricada em látex e levemente talcada, com pó bioabsorvível atóxico, ambidestra e hipoalérgica	CX	1000
58	419189	MATRIZ ODONTOLÓGICA. Tipo: PRÉ-CONTORNADA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO INTEGRADO. Para aplicação em dentes posteriores. Embalagem com 20 unidades. Material: Poliéster. Descartável.	UN	500
59	485312	MÁSCARA CIRÚRGICA. Material: Não Tecido 100% Polipropileno, Modelo: Ajustável, Clipe Nasal, Quantidade Camadas: Mínimo 3 Camadas, Eficiência: Efp Maior Que 98% E Bfe Maior Que 95%, Filtro: Elemento Filtrante Interno, Cor: C/ Cor, Tamanho: Adulto, Esterilidade: Descartável, Formato: Retangular, C/ Pregas Horizontais	UN	5000
60	406147	MATRIZ ODONTOLÓGICA. Tipo: PRÉ-CORTADA. Em Poliéster, com formato de fita. Apresentação: Envelope com 50 Folhas de 100 mm de comprimento X 10mm de largura. Tipo Uso: Descartável	UN	200
61	406146	MATRIZ ODONTOLÓGICA METÁLICA. Maleável, em Aço Inoxidável no formato de fita. Apresentação: Rolo com 50cm de comprimento e largura de 7 mm. Tipo Uso: Descartável	UN	40
62	406145	MATRIZ ODONTOLÓGICA METÁLICA. Maleável, em Aço Inoxidável no formato de fita. Apresentação: Rolo com 50cm de comprimento e largura de 5 mm. Tipo Uso: Descartável	UN	40
63	438695	PROTETOR CLÍNICO ODONTOLÓGICO. Material: Filme Plástico E Papel, Dimensão: Cerca De 30 X 45 CM, Tipo Uso: Uso Único, descartável	UN	100
64	390513	RESINA COMPOSTA aspecto físico: pastosa. Tamanho partículas: microhíbrida. Tipo: fotopolimerizável. COR A2. Para uso em restaurações de dentes anteriores e posteriores. Partículas inorgânicas variando entre 0,04 e 2,2. Seringa com 4g cada. Validade de 3 anos.	UN	50
65	390513	RESINA COMPOSTA aspecto físico: pastosa. Tamanho partículas: microhíbrida. Tipo: fotopolimerizável. COR A3. Para uso em restaurações de dentes anteriores e posteriores. Partículas inorgânicas variando entre 0,04 e 2,2. Seringa com 4g cada. Validade de 3 anos.	UN	50
66	390513	RESINA COMPOSTA aspecto físico: pastosa. Tamanho partículas: microhíbrida. Tipo: fotopolimerizável. COR A3,5. Para uso em restaurações de dentes anteriores e posteriores. Partículas inorgânicas variando entre 0,04 e 2,2. Seringa com 4g cada. Validade de 3 anos.	UN	50
67	407163	RESINA COMPOSTA Aspecto Físico: Pastosa, Tamanho Partículas: Nanoparticuladas, Tipo: Fotopolimerizável. Seringa com 4g cada. Validade de 3 anos	UN	50

68	444048	RESINA COMPOSTA Aspecto Físico: Fluída, Baixa Viscosidade, Tipo: Fotopolimerizável, Tipo " Bulk Fill " Seringa com 4g cada. Validade de 3 anos	UN	50
69	405181	REVELADOR RADIOGRÁFICO. Apresentação: Líquido, Componentes: Hidroquinona, Características Adicionais: Solúvel em água, Aplicação: Pré-Impressão. Frasco 500 ml.	UN	20
70	418209	SUGADOR CIRÚRGICO (para sangue) em resina termoplástica; caixa com 20 unidades descartável.	CX	300
71	406292	SUGADOR ODONTOLÓGICO PARA SALIVA. Em PVC, com arame interno, descartável. Embalagem com 40 unidades.	UN	2000
72	441696	TIRA DE LIXA Para polimento e acabamento de resina, caixa com 150 unidades.	CX	50
73	428166	VERNIZ COM FLUOR embalagem com 10 ml	UN	30
74	428166	VERNIZ DENTÁRIO para recobrir os túbulos dentários, impedindo a penetração de substâncias que compõem os materiais de restauração e cimentação com a presença do Fluoreto De Sódio. Frasco de 15ml	UN	30

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
 - II) Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
 - III) Id do item no PCA: 50, 51 e 52;
 - IV) Classe/Grupo: 6520 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DENTÁRIOS;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 987541-104/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. A presente contratação atende às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) no que concerne à Aquisição de Medicamentos, Insumos Hospitalares, Materiais da Área da Saúde, Material de Limpeza, Higiene e Cosméticos.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Dedi Barrichelo Montagner, 425, Centro, Dois Vizinhos – PR
- 5.4. Comprovado que o produto não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente algum defeito, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a corrigi-lo/substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.
- 5.5. Os materiais deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei no 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

- 5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.7. Fica designada como gestora a Sra. Claudete Meurer. A fiscalização administrativa será de responsabilidade do servidor Tairone Allan Mezzomo, enquanto a fiscalização técnica e de recebimento ficará a cargo do servidor Joel Huff Bittencourt e Suplente Andrea Regina Pellin Cagnini

Fiscalização Técnica

- 6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
 - 6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
 - 6.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.8.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.8.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.9.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- 6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1. o prazo de validade;
 - 7.10.2. a data da emissão;
 - 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5. o valor a pagar; e
 - 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos,

incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

- 7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

- 8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.29. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove (m) aptidão para desempenho de atividade e/ou fornecimento pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 8.30. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;
- 8.31. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) licitante, expedida pela ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal n.º 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98; e ou Protocolo Atual, (para correlatos, medicamentos, saneantes e cosméticos de acordo com os itens cotados).
- 8.32. Apresentar o Certificado de Regularidade da Empresa licitante expedida pelo Conselho Regional de Farmácia, quando for o caso.

A empresa deverá apresentar juntamente com a proposta, no que couber:

- 8.33. CERTIFICADO DE REGISTRO DO PRODUTO ou NOTIFICAÇÃO no Ministério da Saúde, conforme Art. 12 da Lei n.º 6.360/1976, ou cópia legível da publicação do Registro do Produto no DOU, ou Solicitação de Revalidação, dentro do prazo previsto em lei.

- 8.34. Para produtos dispensados de registro, as proponentes deverão apresentar o CERTIFICADO DE ISENÇÃO DE REGISTRO ou sua publicação no DOU, se for o caso, conforme RDC/ANVISA nº 185, de 22 de outubro de 2001.
- 8.35. O número de registro do produto deverá corresponder aquele concedido pelo Ministério da Saúde para o produto cotado. Não serão aceitos números de protocolos de registro, somente números de protocolos de revalidação de registro.
- 8.36. Na apresentação do Certificado ou Notificação, ou cópia legível da publicação do Registro do Produto no DOU, ou a Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em lei, ou Certificado de Isenção de Registro, a proponente deverá identificar a que item se refere tal documento. A não comprovação deste registro acarretará na desclassificação da proposta.
- 8.37. Serão aceitos documentos emitidos pelo site da ANVISA.
- 8.38. Nos casos onde a documentação não for necessária, deverá a empresa apresentar documentos de isenção, conforme legislações vigentes.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.38.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 201.353,66 (duzentos e um trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), conforme estimativa realizada no Estudo Técnico Preliminar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: Secretaria Municipal de Saúde;
- II) Unidade: Fundo Municipal de Saúde;
- III) Projeto ou Atividade: Saúde/Atenção Básica;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material Consumo;
- V) Fonte de Recurso: 1055;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 15 de Abril de 2024.

Andrea Regina Pellin Cagnini
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19203-1

Claudete Meurer
Gestora de Saúde